



BOLETIM INFORMATIVO DA CONICQ

COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA

CONVENÇÃO-QUADRO DA OMS PARA O CONTROLE DO TABACO

BOLETIM ESPECIAL – DIA MUNDIAL SEM TABACO - 31 MAIO 2017

Tabaco prejudica desenvolvimento e avaria sustentabilidade

SE-Conicq entende que estudo é conclusivo e que danos causados pelo tabagismo ultrapassam impostos da Indústria

O consumo de produtos de tabaco gera algum benefício para seus usuários? Estaria a produção de tabaco alinhada com os princípios da economia sustentável, com a promoção da saúde e qualidade de vida do ser humano incluindo o homem do campo engajado nessa atividade? Perguntas como estas motivaram a Organização Mundial da Saúde a escolher o tema “*Tabaco: uma ameaça ao desenvolvimento*” com o objetivo de promover reflexões sobre a relação entre o tabagismo e desenvolvimento.

O custo do tabagismo assim como sua influência devastadora sobre a perda de produtividade no trabalho urbano e rural influencia negativamente os números da economia brasileira.

O Brasil tem prejuízo anual de R\$ 56,9 bilhões com o tabagismo. Desse total, R\$ 39,4 bilhões são gastos com despesas médicas e R\$ 17,5 bilhões com custos indiretos ligados à perda de produtividade, causada por incapacitação de trabalhadores ou morte prematura. A arrecadação de impostos com a venda de cigarros no país é de R\$ 12,9 bilhões, o que gera saldo negativo de R\$ 44 bilhões por ano.

Os números são robustos, e foram divulgados no estudo inédito “Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial no impacto no aumento de preços por meio de impostos”, realizado com base em dados de 2015, e anunciados pelo Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva, e Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Conicq, em evento comemorativo do Dia Mundial sem Tabaco, no Rio de Janeiro.

“Isso descontrói o discurso frequentemente usado pela indústria tabagista, de que se trata de uma atividade socialmente responsável, que traz recursos para o país”, informa Tânia Cavalcante, secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq).

“Essa indústria gera uma série de despesas evitáveis, muito superiores aos recursos por ela gerados.”, acrescentou Cavalcante.

Cavalcante pontua que o Brasil é signatário da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) que determina a adoção de uma série de medidas intersetoriais para controlar o tabagismo. “Sendo assim, o país precisa ter uma política de desenvolvimento coerente com essa visão”, acredita.

Ela recorda que empresas tabagistas chegaram a receber recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), e que alguns estados, como o Rio Grande do Sul, oferecem incentivos fiscais para que se instalem lá. E que algumas delas são nacional e internacionalmente reconhecidas por seus projetos de responsabilidade social e sustentabilidade.

“No entanto, trata-se de uma atividade insustentável em sua essência, pois provoca óbitos e doenças que sem o cigarro seriam evitáveis, além de gerar inúmeros problemas ambientais pelo cultivo do tabaco”, diz Cavalcante.

O estudo o impacto caso o quadro mudaria radicalmente caso o Brasil priorizasse o artigo 6º da CQCT, que aborda os preços e os tributos, como política eficaz para reduzir o consumo de tabaco, principalmente entre os jovens.

Em caso de elevação de 50% no preço dos cigarros, a medida evitaria mais de 130 mil mortes, 500 mil infartos, 100 mil AVCs e quase 65 mil casos de câncer, além de ganhos econômicos de R\$ 97,9 bilhões com o aumento da arrecadação tributária e a diminuição dos gastos com a saúde e da perda de produtividade.

Os números são devastadores, e superam aspectos defendidos pela economia do tabaco, seja do ponto de vista de geração de renda e exportações passando pela aceitação social e licitude da droga, ou até filosófica, a partir de uma suposta liberdade de escolha.

Fonte: SE-Conicq

<http://www.portallank.com.br/sustentabilidade-e-saude/desafios-do-setor/tabagismo-causa-prejuizo-de-r569-bilhoes-por-ano-no-brasil/>

ISAGS promove evento para discutir os custos do tabaco para os países sul-americanos

O Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, ISAGS, realizou, em sua sede, no dia 01 de junho, debate com o tema Dia Mundial sem Tabaco – Os custos para o desenvolvimento na América do Sul. Moderado pelo especialista em Determinantes Sociais da Saúde do Instituto, Francisco Armada, o evento contou com a participação de organismos regionais, além da apresentação de um estudo inédito sobre os custos do tabagismo para os sistemas de saúde.

O evento ocorreu na data-marco criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para lembrar a importância da luta contra o consumo da substância que mata cerca de 6 milhões de pessoas ao ano, uma cifra que, segundo a organização, aumentará para até 8 milhões de mortes anuais em 2030.

A pesquisadora Márcia Pinto, do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), apresentará o estudo inédito “Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos”. A avaliação, elaborada em 2013 e atualizada este ano, mostra algumas doenças relacionadas ao tabaco (com infartos, doenças isquêmicas, doenças não isquêmicas, AVC, pneumonias...) e o custo das mesmas para os sistemas de saúde no país e em outras nações da região.

Além de Francisco Armada e Márcia Pinto, estiveram presentes os especialistas:

- Tânia Cavalcante, da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), que comentará os avanços e desafios do Programa Nacional de Controle do Tabagismo;

- Patrícia Branco/Stefânia Schmaneski Piras, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que traz à tona a contribuição das agências reguladoras para o desenvolvimento sustentável através do controle de tabaco;

- Valeska Carvalho Figueiredo, do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB/Fiocruz), falando sobre o controle do tabaco na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

O evento contou com o apoio de instituições como a ACT Promoção da Saúde e a Fundação do Câncer.

“O tabaco mata e muito. A evidência científica que vincula tanto o consumo do tabaco quanto a exposição à fumaça, com numerosas doenças - muitas delas mortais - é impressionante. Trata-se de uma relação que vem sendo documentada por mais de 50 anos e que ainda precisa de reforços na geração de políticas públicas e conscientização”, finaliza Francisco Armada.

Fonte: ACTBr – Edição: SE-Conicq

Seminário reúne técnicos e especialistas para debater diversificação da cultura do tabaco

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) em parceria com Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), e apoio do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab/ENSP/Fiocruz), Fundação do Câncer, Capa, Centro de

Estudos e Promoção da Agricultura de Campo (Cepagro), Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) e Instituto Nacional de Câncer (Inca), realiza nos dias 5, 6 e 7 de junho, em Florianópolis (SC), o Seminário Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

O evento vai reunir representantes governamentais e organizações da sociedade civil, que atuam no tema com o objetivo de aprimorar as ações do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

De acordo com o coordenador geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional da Sead, Hur Ben Corrêa da Silva, uma das motivações do seminário é analisar os resultados alcançados pelo Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, a partir das orientações propostas da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Entre os convidados do evento estão as entidades executoras das chamadas públicas para serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) participantes do programa.

“Durante o seminário, as entidades de Ater que assistem os produtores de tabaco vão trocar experiências, apresentar os casos de sucesso e apontar os principais desafios para que se avance na diversificação da produção. Nosso objetivo é aperfeiçoar o Programa para oferecer alternativas economicamente viáveis aos agricultores familiares que cultivam fumo”, explica Hur Ben.

A análise das alternativas geradoras de renda, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias agricultoras, serão o tema central do evento, como detalha Hur Ben: “Serão analisados arranjos produtivos, acesso a mercado e políticas públicas que têm mostrado maior potencialidade para serem incorporados pelo Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco”.

Fonte: Portal do Tabaco – Edição: SE-Conicq

http://www.xclipping.com.br/ver_web.php?id=RkM4MDFDRjBDMDVBNjZBNjkxN0YwMkM5NEZGNEE5QTk=

Mato Grosso do Sul atualiza legislação que repassa 1% do ICMS do tabaco a projetos sociais

Ao que tudo indica, o Estado do Mato Grosso do Sul pode ter iniciado um novo capítulo no financiamento às políticas públicas sociais, em específico álcool e tabaco.

Desde agosto, a Lei 4875/2016 estabelece repasse de 1% da receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações internas ou de importação de bebidas alcoólicas e tabaco, destinado para celebração de termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação com organizações da sociedade civil que atuem no atendimento, prevenção e na recuperação de dependentes

de álcool e de outras drogas, ou que atendam pessoas com deficiência ou idosos abrigados em longa permanência. E deste total, 1/3 (um terço) será destinado a saúde e 2/3 (dois terços) à assistência social.

A nova legislação foi votada para fortalecer as instituições que atuam no atendimento, prevenção e na recuperação, e que têm dificuldades na manutenção, nas suas despesas de custeio, segundo o presidente da Casa de Leis, deputado Junior Mochi (PMDB), esclarecendo que o repasse se daria mensalmente.

Na época, Mochi destacou ainda que os critérios estabelecidos para as instituições que podem acessar esses recursos foi discutido com a área técnica ao longo dos últimos 60 dias.

"Nós temos que atender uma Legislação Federal de transferência de recursos que exige das instituições que cumpram algumas exigências, ao mesmo tempo que a exigência da Assembleia era levar em consideração o número de pessoas que eram atendidas por cada instituição, que o valor pudesse ser repassado de forma 'per capita' e também atender outro critério que é da complexidade do atendimento prestado a essas pessoas. E diante destas observações coube aos técnicos da Sedhast e da Secretaria de Saúde fazerem os ajustes necessários", explicou.

Fonte: Assembleia Legislativa MS – Edição: SE-Conicq
<http://www.al.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=56&ItemID=46905>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA